

ATOS OFICIAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025

“Dispõe sobre a autorização para concessão e futura alienação mediante doação condicional de unidades habitacionais que específica, e dá outras providências”

LEONARDO ROBERTO FOLIM, Prefeito do Município de Iperó, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A presente Lei Complementar tem como objeto a concessão de uso de unidades habitacionais por meio de instrumento específico, com cláusula de doação futura, das unidades habitacionais do bairro Capuavinha, no Município de Iperó. Parágrafo único. As unidades habitacionais que de trata o caput deste artigo garantindo-se a preferência, desde que são oriundas do Convênio nº 170/2014, celebrado entre a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo, a Instituição Financeira Cobansa, e o Município de Iperó, através do Programa de Apoio Financeiro complementar ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, cujas obras, depois de rescindindo o referido convênio, foram retomadas e finalizadas mediante a adesão do Município ao Programa Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º. O Poder Executivo, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, fica autorizado a realizar a concessão de uso de bem imóvel, com cláusula de doação condicional futura, das unidades habitacionais de que trata o art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 3º. O Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel e a doação condicional obedecerão às seguintes diretrizes:

I – a cessão de uso de bem imóvel terá vigência de 5 (cinco) anos a contar da data de celebração do termo e será fiscalizada pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social;

II – após o prazo previsto no inciso I deste artigo, o beneficiário poderá, por motivo justificado, receber o imóvel na modalidade de doação condicional, desde que mantidas as condições impostas nesta Lei Complementar;

III – além da obrigatoriedade de manter as condições já impostas para cessão de uso, o beneficiário que receber o imóvel em doação ficará proibido, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de alugar, ceder, alienar ou de qualquer forma ou dar em garantia o imóvel recebido;

IV – em caso de falecimento do beneficiário ou descumprimento dos requisitos impostos nesta Lei Complementar, antes de transcorridos 5 (cinco) anos da doação, a posse do imóvel será revertida para o ente municipal;

V – o beneficiário que não cumprir as condições impostas nesta Lei Complementar deverá entregar o imóvel nas mesmas condições de uso em que o recebeu;

VI – antes de efetivada a doação do imóvel ao beneficiário, não será permitida a execução de construções ou ampliações no imóvel, as quais, se realizadas, não serão incisos I e II, bem como no §2º, I, do art. ressarcidas pelo Poder Público Municipal;

VII – fica estabelecido que todas as despesas com consumo de água, energia elétrica e congêneres, que sobrevierem sob o imóvel durante a vigência do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, bem como

eventuais créditos da fazenda municipal, estadual ou federal, correrão por conta do beneficiário;

VIII – em caso de falecimento do beneficiário responsável durante o período de vigência do Termo de Cessão, o direito de uso do imóvel concedido não passará para eventuais herdeiros, salvo se já faziam parte do núcleo familiar e somente após avaliação social, através da qual será analisado o cumprimento dos requisitos para possível continuidade de uso deste imóvel.

Parágrafo único. É vedada a concessão de mais de um imóvel para pessoas do mesmo núcleo familiar, ou a famílias entre as quais exista relação de dependência econômica.

Art. 4º. As cessões de uso de bens imóveis e alienações de que trata esta Lei Complementar terão por público-alvo a população de baixo poder aquisitivo, observados os critérios estabelecidos nesta Lei:

I – àqueles que participaram do processo de seleção de beneficiários no programa de que trata o art. 1º, parágrafo único, desta Lei Complementar e que foram considerados aptos conforme edital publicado na edição nº 301, de 15 de março de 2013, do Jornal Oficial do Município de Iperó;

II – àquelas que, por estarem em vulnerabilidade social e terem sofrido remoção pela Administração em razão de interesse público, estejam em aluguel social.

§ 1º. A avaliação do preenchimento dos critérios estabelecidos nesta Lei Complementar e a seleção de novos beneficiários, em caso de haver unidades habitacionais remanescentes, serão de responsabilidade da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§2º. As cessões de uso e alienações observarão ainda a reserva de:

I – 3% (três por cento) das unidades habitacionais para atendimento a pessoa com deficiência, conforme art. 32, I, da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, mediante apresentação de laudo médico;

II – 3% (três por cento) das unidades habitacionais para atendimento à pessoa idosa, conforme art. 38, I, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 5º. Para a concessão de que trata esta Lei Complementar, os beneficiários serão considerados aptos quando atenderem aos requisitos finais, consideradas as reservas aos portadores de deficiência e de pessoas idosas, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – renda familiar mensal insuficiente para arcar com o enfrentamento das contingências sociais, fragilizando a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e a sobrevivência de seus membros;

II – residência em Iperó há, pelo menos, 3 (três) anos, excetuados os casos de vulnerabilidade socioeconômica extrema, identificadas através de parecer técnico por profissionais da rede de atendimento de proteção básica;

III – possuir capacidade civil e ser maior de 18 (dezoito) anos de idade ou ser emancipado, no caso dos grupos previstos nos incisos I e II, bem como no §2º, I, do art. 4º desta Lei Complementar;

IV – possuir idade igual ou superior a 60 anos, para a observância da reserva como pessoa idosa de que trata o §2º, II do art. 4º desta Lei Complementar;

V – inscrição na base de dados da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

taria de Assistência e Desenvolvimento Social, bem como no CADÚNICO;

VI – não ser proprietário ou usufrutuário de outros bens imóveis em qualquer lugar do país, ou ter cônjuge ou convivente que o seja;

VII – não ter tido atendimento habitacional anterior;

VIII – não ter moradia ou materiais para construção de imóvel financiados em seu nome;

IX – não estar registrado no cadastro nacional de mutuários (CADMUT) ou em sistema de administração de carteiras imobiliárias.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social executar todo o processo de seleção e/ou validação das famílias que irão ocupar as unidades habitacionais, mediante análise técnica e elaboração de parecer.

Art. 6º. Os imóveis objeto da presente Lei Complementar deverão ter destinação exclusiva para moradia, não podendo ser destinados para qualquer tipo de atividade comercial.

Parágrafo único. Além das vedações dispostas no caput, o Termo de Cessão de Uso será rescindido e a doação condicional revogada se restar comprovado que o imóvel está sendo utilizado para consumo ou venda de entorpecentes, exploração sexual e qualquer outra atividade ilícita, por parte do beneficiário ou qualquer membro do núcleo familiar, quando for o caso.

Art. 7º. Transcorrido o prazo da concessão, e tendo o beneficiário cumprido todas as exigências desta Lei Complementar, o Município poderá proceder com a doação condicional do imóvel ao beneficiário.

Art. 8º. O beneficiário que for denunciado por abandono do imóvel, ou se ausentar por um período superior a 60 (sessenta) dias, sem prévia comunicação junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, com documentos que justifiquem sua ausência, perderá o direito da concessão, e a posse do imóvel será automaticamente revertida para o Município para atender o próximo selecionado.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput ao beneficiário que tenha recebido o imóvel em doação condicional, salvo nos casos de transcurso do prazo de 5 (cinco) anos do recebimento do imóvel em doação.

Art. 9º. Ocorrendo a separação do casal, permanecerá a unidade habitacional com a mulher e, nos casos em que envolvam filhos(as) menores, aquele que estiver com a guarda do menor.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei, se necessário, por ato próprio.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2025.

LEONARDO ROBERTO FOLIM
Prefeito Municipal

Publicado nesta Secretaria em 17 de fevereiro de 2025.

EDUARDO SANCHES ALBANEZ
Secretário de Assuntos Jurídicos

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI de Iperó, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONVOCA todos seus membros para a REUNIÃO que acontecerá no próximo dia 24 de fevereiro de 2025, às 17h30min, em sala cedida junto ao Paço Municipal “Carlos Sartorelli”, na Avenida Santa Cruz, nº 355, Jardim Santa Cruz.

Iperó/SP, 19 de fevereiro de 2025.

WALDIR BATISTA BARRA JUNIOR
Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI

PORTARIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Portaria Nº 018/25 - Fica o Funcionário Diego Alves da Silva, RG: 32.117.504-9 (Secretário Geral), CNH n.º de Registro 05706143099, autorizado a dirigir os veículos desta Casa em virtude da falta de Motorista ocasionada por férias/falta.

Portaria Nº 019/25 – Exonerar, a pedido, a funcionária Sr.ª Glícia Horrana Nunes Prates Gusmão, RG: 49.095.036-X (Assessor Parlamentar), nos termos da legislação vigente, fica revogada a portaria n.º 040/2024.

Portaria Nº 020/25 – Fica concedido o pagamento antecipado de metade da gratificação natalina (décimo terceiro salário), conforme Resolução n.º 001/2025 aos seguintes servidores da Câmara Municipal de Iperó, conforme os requerimentos apresentados: I. Thais Thame Tomaz, Analista de Gestão Pública; II. Maria Aparecida Alves de Almeida, Agente Operacional; III. Juliana de Moraes de Andrade, Assessor Parlamentar e IV. Jaqueline Leandro da Mota, Analista Legislativo. Com exceção dos servidores elencado nos itens I, II e III, que ocorrerá no mês de fevereiro, o pagamento correspondente será efetuado no mês de aniversário de cada servidor listado no artigo anterior, como prevê o artigo 2º da Resolução.

Portaria Nº 021/25 – Conceder a Funcionária Sra. Paloma Gisele Biller, RG: 41.692.956-5 (Assessor Parlamentar), nomeada através da portaria n.º 020, de 16 de fevereiro de 2018, o adicional por tempo de serviço, a que alude o artigo 156 do Estatuto dos Funcionários do Município de Iperó, com efeitos a partir de Fevereiro/2025.

Portaria n.ºs 018/2025 - Publicada e registrada nesta secretaria em 17 de fevereiro de 2025.

Portaria n.ºs 019/2025 - Publicada e registrada nesta secretaria em 18 de fevereiro de 2025.

Portarias n.ºs 020 e 21/2025 - Publicadas e registradas nesta secretaria em 20 de fevereiro de 2025.

ALYSSON ALESSANDRO DE BARROS
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º163/2025

“Concede Título de Cidadão Iperoense”

Autoria: Alysson Alessandro de Barros, Anderson Fernando Marques de Almeida

ida, Angelo Valário Sobrinho, Cleyton dos Santos Batista de Jesus, Josimar Aparecido Ferreira, Luís Rodrigues Moreira, Maria Goreti Gomes, Sérgio Poli Simon, Valéria Regina Matheus de Souza, Valter Rodrigues Vieira, Vinicius Antônio de Paula Moraga Ramos, Waldir Luiz Paula Leite e Willians Fagundes

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Vitor Alexandre Rodrigues pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.

Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º164/2025

“Concede Título de Cidadão Iperoense”

Autoria: Alysson Alessandro de Barros, Anderson Fernando Marques de Almeida, Angelo Valário Sobrinho, Cleyton dos Santos Batista de Jesus, Josimar Aparecido Ferreira, Luís Rodrigues Moreira, Maria Goreti Gomes, Sérgio Poli Simon, Valéria Regina Matheus de Souza, Valter Rodrigues Vieira, Vinicius Antônio de Paula Moraga Ramos, Waldir Luiz Paula Leite e Willians Fagundes

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Mário Sérgio Nicolau pelos relevantes serviços prestados ao Município.

Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.

Alysson Alessandro de Barros
Presidente

ATOS OFICIAIS

DECRETO LEGISLATIVO N.º165/2025
“Concede Título de Cidadão Iperoense”
Autoria: Luís Rodrigues Moreira
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Rodrigo José Lolli pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º166/2025
“Concede Título de Cidadã Iperoense”
Autoria: Maria Goreti Gomes

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Iperoense a Sra. Fernanda Damasceno Tonin pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º167/2025
“Concede Título de Cidadão Iperoense”
Autoria: Angelo Valário Sobrinho

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Heber Anaor Janei pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento

vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º168/2025
“Concede Título de Cidadão Iperoense”
Autoria: Sérgio Poli Simon

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Altemar Aparecido Pires Corrêa pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º169/2025
“Concede Título de Cidadão Iperoense”
Autoria: Valter Rodrigues Vieira

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Juracy Fernandes Costa pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º170/2025
“Concede Título de Cidadã Iperoense”
Autoria: Alysson Alessandro de Barros

FAÇO SABER QUE A CÂMARA

MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Iperoense a Sra. Rosa Pereira de Góes – Dona Rosinha pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º171/2025
“Concede Título de Cidadão Iperoense”
Autoria: Waldir Luiz Paula Leite

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Rodrigo Manga pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º172/2025
“Concede Título de Cidadão Iperoense”
Autoria: Vinicius Antonio de Paula Moraga Ramos

FAÇO SABER QUE A CÂMARAMUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Iperoense ao Sr. Clodovaldo Francisco Gianotti pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N.º173/2025
“Concede Título de Cidadã Iperoense”
Autoria: Anderson Fernando Marques de Almeida
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Iperoense a Sra. Maria Silva pelos relevantes serviços prestados ao Município.
Parágrafo Único – O Diploma referente ao presente Título será entregue em sessão solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões “Grácio Antonio Vieira”
19 de fevereiro de 2025.
Alysson Alessandro de Barros
Presidente

RESOLUÇÃO N.º001/2025
Dispõe sobre as diretrizes gerais para a realização da Iperó Fest 2025

A Comissão Organizadora da festividade intitulada Iperó Fest 2025, no uso de suas atribuições, solene a ser previamente marcada pela Mesa Diretora da Câmara.
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar normas gerais concernentes às atividades desenvolvidas durante o período de festividades Iperó Fest 2025;
CONSIDERANDO o dever de proporcionar à população a segurança necessária;
CONSIDERANDO a demanda de ordenação das atividades comerciais ordenadas,
RESOLVE:
I – DO COMÉRCIO AMBULANTE NOS ARREDORES DO RECINTO DA IPERÓ FEST 2025:
1.1.Será permitida a instalação de barracas de comércio de ambulantes nos arredores do recinto da Iperó Fest 2025, não podendo estar localizadas dentro de 100 (cem) metros da entrada principal.
1.2.Para a instalação e funcionamento, deverão os interessados requererem junto à Municipalidade, até dia 14 e março, os documentos probatórios de sua atividade, bem como a regularidade fiscal pertinente.
1.3.Somente será aceita a comercialização de produtos de origem lícita, estando os responsáveis sujeitos às normas legais disciplinadoras vigente.
II – DOS ESTACIONAMENTOS PARTICULARES EXTERNOS:
2.1. Fica proibido o funcionamento de estacionamentos particulares em um raio de 300m (trezentos metros) do recinto do vento.
2.2. Para funcionamento de estacionamentos em perímetros, além do constante no item 2.1., deverão os interessados submeter requerimento para apreciação da Municipalidade até o dia 13/03/2025.
III – DA ENTRADA:
3.1. A entrada, em cada dia de evento, será autorizada mediante contribuição de 1kg (um quilo) de alimento não perecível, não sendo aceitos ainda leite, sal e farinha de trigo.,
3.1.1. Alternativamente, a contribuição poderá se dar com 1kg (um quilo) de ração animal, dentro do prazo de validade, por pessoa.

3.2. Os tickets de acesso deverão ser retirados nos postos de troca anunciados, preferencialmente em datas anteriores ao evento.
3.3. A entrega da contribuição com os alimentos é facultativa aos adquirentes de passaportes para os camarotes.
IV – DA ENTRADA DE MENORES DE IDADE AO RECINTO:
4.1. A entrada de menores com idade inferior a 16 anos ao recinto da Iperó Fest 2025, só será permitida com acompanhamento de pais/responsáveis, ou, em caso de maiores de 14 anos, acompanhada por pessoa maior e autorização escrita dos representantes legais com firma reconhecida.
4.2. Aos menores com idade entre 16 e 18 anos será permitido o acesso com entrega de autorização emitida pelos pais ou responsável legal, com assinatura reconhecida.
4.3. O Conselho Tutelar e demais órgãos fiscalizadores acompanharão as permissões concedidas aos menores, estando os responsáveis por sua emissão sujeitos às sanções legais.
V – DAS DISPOSIÇÕES:
5.1. Quaisquer alterações ou acréscimos nas normas editadas por esta Resolução serão decididas pela Comissão Organizadora.
5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Iperó, 20 de fevereiro de 2025
COMISSÃO ORGANIZADORA DA IPERÓ FEST 2025

